

## UNIÕES MISTAS EM ISRAEL. INDÍCIOS DE UMA REALIDADE MULTI-ÉTNICA E MULTICULTURAL

*William César de Andrade\**

Desde o período dos pais e mães fundadores do povo, passando pelas diversas etapas da história de Israel, homens e mulheres estabelecem vínculos matrimoniais com pessoas de fora de seu contexto tribal e étnico. Contudo, haverá momentos nessa história em que essas uniões serão vistas como traição ao povo, ruptura com as tradições e perda de identidade. Neste artigo estão algumas passagens bíblicas referentes aos casamentos interétnicos em Israel, bem como a contextualização social e teológica que se fez sobre elas. No Israel atual é crucial a construção de pontes sociais que assegurem a paz e a convivência harmoniosa entre israelenses e palestinos. Dentro das diferenças étnicas e do encontro, as uniões mistas podem ser um sinal de esperança e reconciliação.

**Palavras chave:** Uniões mistas; História de Israel; Diversidade cultural

Since the period of fathers and mothers founding of the people, passing through the various stages of Israel history, men and women establish marriage with people from outside their tribal and ethnic context. However, in some moments of this history, these unions will be seen as treason to the people, rupture with the traditions and loss of identity. In this article, there are some Biblical passages related to the Inter-ethnic marriages in Israel, as well as the social and theological contextualization that was made on them. In current Israel, it is crucial the construction of social bridges that assure the peace and the harmonious living between Israelis and Palestinians. Inside the ethnic differences and the meeting, the mixed unions can be a sign of hope and reconciliation.

**Keywords:** *Mixed unions; Israel History; Cultural diversity*

---

\* Professor na Universidade Católica de Brasília, pesquisador no Projeto Memória e Caminhada das CEBs, membro da SOTER/GO, CEHILA-Br (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina e Caribe – seção Brasil) e da ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões).

## Introdução

Diariamente, a mídia traz notícias de confrontos entre israelenses e palestinos. O ódio que divide as duas populações se expressa em ataques suicidas, invasões de casas, aprisionamentos ilegais, bombardeios, campos de refugiados, muros e segregação. De fato, tudo isso existe e tende a continuar enquanto não se efetivar uma ação de pleno reconhecimento do direito de ambos os povos coabitarem no mesmo território em condições plenas de cidadania.<sup>1</sup>

O que não aparece na mídia, são os ‘pequenos’ gestos de convivência pacífica e harmoniosa entre palestinos e israelenses.<sup>2</sup> Pouco ou nada é mostrado sobre os soldados que se recusam a cumprir ordens que lhes pareçam desumanas.<sup>3</sup> Enfim, há um processo que torna invisível a convivência diária nas escolas, ruas, no comércio e no lazer, ainda que, em geral, os palestinos sejam mais pobres. Exemplificando essa realidade de resistência ao ódio interétnico, segue abaixo um fragmento de um dos folhetos elaborados pela *Yesh Gvul* alertando aos soldados israelenses sobre o peso ético de suas atitudes desumanas, ainda que a mando do Estado:

Soldado: a ocupação cria o terrorismo!

Quando você participa das execuções extrajudiciais (“liquidações”, no Jargão do exército);

Quando você participa da demolição de casas residenciais;

Quando você abre fogo contra a população civil desarmada ou contra moradias;

Quando você arranca as plantações dos campos;

Quando você impede que as pessoas recebam suprimentos de comida ou Tratamento médico.

<sup>1</sup> A cidadania passa pelo estabelecimento de igualdade entre todos (judeus e palestinos), dentro de um marco comum, que pode ser obtido pela criação de um estado único – um sonho acalentado por muitos palestinos. Mas, também existe a posição que promove a constituição de dois estados (Israel e Palestina) na região, sendo que o reconhecimento da Autoridade Palestina foi um passo importante nesta direção. As duas alternativas estão presentes em diversas resoluções da ONU – 181 de 1947, 194 de 1948 e 242 de 1967 dentre outras.

<sup>2</sup> Um relato do esforço de convivência pacífica entre árabes e judeus está no livro: TOLAN, Sandy. *Uma esperança de paz* – um árabe, uma judia e o coração do Oriente Médio. Mais informações no site: [www.friendsofopenhouse.org](http://www.friendsofopenhouse.org). Acesso em: 10/07/2007. Relato da implantação de um jardim de infância para crianças árabes e um centro de convivência entre árabes e judeus na Casa Aberta. Outras notícias sobre escolas interétnicas em: <http://israelnamidia.blogspot.com/2006/11/escola-de-jerusalme-judeus-e-rabes.html>. Acesso em 10/07/2007.

<sup>3</sup> Os membros da associação militar *Yesh Gvul* “Há um limite!”. São conhecidos como *refuseniks*, se recusam a prestar serviço nos territórios ocupados.

Você está tomando parte em ações definidas em convenções internacionais (como a Quarta Convenção de Genebra) e pela própria lei Israelense como crimes de guerra.

Há quatro anos atrás, um tribunal israelense proclamou que um soldado está proibido de obedecer a uma ordem flagrantemente ilegal.<sup>4</sup>

É inimaginável – diante deste quadro de sectarismo apresentado pela mídia, que venham a acontecer alguns casamentos entre israelenses e palestinos.<sup>5</sup> Mas o fato é que eles podem ocorrer, na medida em que existam espaços de convivência pacífica e aprendizado mútuo das diferenças.

Nesta reflexão procura-se demonstrar que ao longo da história do Israel bíblico, houve conflitos étnicos, mas também houve espaços de convivalidade, de partilha ou no mínimo de respeito à diversidade cultural. Aponta nessa direção as uniões mistas, e os casamentos entre membros do ‘povo de Deus’ e os considerados estrangeiros – ainda que vissem na própria região.

A reflexão está estruturada em quatro partes. A primeira delas aborda o tema do que é ser ‘povo de Deus’ na tradição do Israel bíblico. Nesse ponto é interessante perceber as relações entre ser um israelita e ser um estrangeiro em Israel.

Na segunda parte, enfatizam-se as uniões mistas em Israel, tendo em vista como elas são tratadas teologicamente e o contexto mais amplo em que elas se dão. Estudar esses casamentos em Israel, de certo modo, favorece uma aproximação do cotidiano na sociedade daquele tempo e, situando com maior clareza a distância entre a ortodoxia religiosa e o que efetivamente fazia parte dos usos e costumes locais.

A terceira parte trata da construção da identidade judaica durante a dominação persa. As ações de Neemias e de Esdras, juntamente com os últimos profetas, estiveram voltadas para o estabelecimento de uma rígida fronteira entre o nós (verdadeiro Israel) e os outros (pagãos e falsos israelitas). Neste momento da história de Israel intensificaram-se as proibições aos casamentos mistos, e procurou-se religiosamente assegurar

<sup>4</sup> Folheto do *Yesh-Gvul* para os soldados do exército de Israel. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/08/33677.shtml>. Acesso em: 10/07/2007.

<sup>5</sup> Num artigo do *Le Monde Diplomatique*, Joseph Algazy faz um amplo levantamento da deteriorização nas relações judaico-palestinesas. Indicando a pobreza, a precarização e as limitações jurídicas impostas pelo Estado de Israel à ‘minoría’ não israelense. No que tange a matrimônios, destaca a política atual em Israel que promove impedimentos aos casamentos entre árabes israelenses (palestinos que permaneceram no território de Israel) com os demais palestinos, considerando essa possibilidade como uma questão de ‘ameaça demográfica’, chegando a afirmar com isso a existência de riscos à segurança Nacional. Maiores detalhes no site: <http://dipl.uol.com.br/2005-10,a1169>. Acesso em 10/07/2007.

que o ‘povo de Deus’ para conservar sua santidade, deveria permanecer separado dos demais povos.

Na quarta e última parte, é feito um balanço do significado das uniões mistas na construção de pontes sociais numa sociedade marcada pelo pluralismo e pela diversidade cultural.

### **I – Nós, o ‘povo de Deus’, e os outros**

No que tange a Israel a expressão ‘povo de Deus’, muitas vezes, parte de uma compreensão idealizada de que desde o período tribal até a reconstrução de Judá após o cativeiro da Babilônia, houve um lento e efetivo processo de afirmação de uma identidade monocultural e étnica. De modo que se estabelece uma equivalência entre ‘povo de Deus’ e povo judeu.

É inegável que parte do processo de construção dessa unidade ‘povo de Deus’ = povo judeu, substancialmente está fundamentada no próprio texto bíblico. Nas narrativas patriarcais isso se manifesta de forma ‘incontestável’ na exclusão de descendentes diretos do patriarca da Aliança com o Eterno, tal como ocorre com Ismael (Gn 21), os filhos de Keturá (Gn 25) e Esaú (Gn 27).

No livro de Josué afirma-se categoricamente a destruição dos povos que viviam em Canaan e sua substituição no território pelas tribos de Israel. “O povo de Deus” triunfa sobre as outras nações, derrotando-as na guerra, destruindo suas cidades e matando seus habitantes. Exemplificando:

E todos os que caíram naquele dia, homens e mulheres, foram 12.000, toda a gente de Ai. E Josué não retirou a sua mão, que estendera com a lança, até destruir totalmente todos os habitantes de Ai (Js 8, 25-26).<sup>6</sup>

Naquele mesmo dia Josué tomou Makeda e a feriu a fio de espada, e destruiu seu rei, eles e toda alma que havia nela, não deixando resto algum. E fez ao rei de Makeda como fizera ao rei de Jericó (Js 10, 28).

“E feriram a fio de espada toda alma que havia nela, extermínio total, não sobrando alma alguma, e Hatsor queimou no fogo (Js 11,11).

Essa perspectiva monocultural, entretanto, é contestada no próprio texto bíblico, quando adentra-se nos livros de Juízes, 1 e 2 Samuel.

<sup>6</sup> As citações bíblicas, bem como os nomes próprios, seguem a versão da Bíblia Hebraica. São Paulo: SEFER, 2006.

Nesses livros Israel aparece em constante conflito com os diversos povos que habitavam Canaan e região circunvizinha. A ocupação do território de Canaan pelas tribos, conforme descrição em Juízes 1, oferece um bom exemplo:

Mas os filhos de Benjamim não expulsaram os jebuseus que habitavam em Jerusalém, e os jebuseus habitaram com os filhos de Benjamim em Jerusalém até hoje (Jz 1, 21).

E Menashe não expulsou os habitantes de Bet-Shean e de suas aldeias, nem de Tahah e de suas aldeias, nem os habitantes de Dor e de suas aldeias, nem os habitantes de Ivleáme e de suas aldeias, nem os habitantes de Meguido e de suas aldeias. Assim, os cananeus persistiram em habitar naquela terra. E quando Israel se fortaleceu, fez dos cananeus tributários, mas não os expulsou totalmente (Jz 1, 27-28).

Naftali não expulsou os habitantes de Bet-Shémesh nem os habitantes de Bet-Anat e habitou no meio dos cananeus que habitavam na terra, porém os habitantes de Bet-Shémesh e de Bet-Anat lhes foram tributários (Rs 1, 33).

É evidente que as duas afirmações relativas à situação das tribos em Canaan são contraditórias e, no mínimo, abrem possibilidades interpretativas que precisam ser vistas pelos leitores atuais do texto bíblico. Teologicamente, o livro de Josué apresenta a 'ocupação' de Canaan como uma vitória do Eterno sobre todos os povos 'inimigos' de Israel. Já no livro dos Juízes 'compartilha-se' o território de Canaan com os diversos povos que lá viviam, mas isso se dará com a sujeição destes a Israel (via tributo).

A guerra é sem dúvida o último, e na maioria das vezes o recurso mais extremo, seja na defesa de um modo de vida, seja na imposição de um povo sobre outro. Por isso, é preciso relativizar o discurso triunfalista do livro de Josué, sectário em Gênesis no tocante a algumas memórias atribuídas aos patriarcas e, nos livros de Reis e Crônicas no que se refere à ação direta dos reis de Israel. Gottwald é taxativo quanto ao fato de Israel não ter sido uma unidade étnica, ainda que tenha significado grandes mudanças no cenário sócio-cultural, econômico e religioso de Canaan:

Israel foi uma mutação de grandes proporções dentro de Canaã, e sua realidade mutante como sistema social não deve ser confundida com uma identidade étnica monolítica, com uma identidade nômade pastoril socioeconômica monolítica ou com uma identidade religiosa monolítica como se, de algum modo, o significado mutacional de Israel pudesse ser explicado vendo-o como um povo inteiramente separado

de herança não-cananéia, saindo do deserto, professando uma divindade totalmente sobrenatural, independente e completo.<sup>7</sup>

Durante toda a história de Israel, considerando-se aqui os relatos bíblicos, a região da Palestina esteve marcada pela presença de vários povos e culturas inter-relacionados, num intrincado conviver a partir de suas diferenças e similitudes. Esse fato forçosamente leva a rever a leitura tradicionalmente feita sobre Israel e seu povo, bem como, a buscar as inúmeras formas de interação cultural que necessariamente ocorrem com sociedades diferentes, mas que compartilham o mesmo território e época histórica.

Com o rei Davi (segundo o texto bíblico), toda a região de Canaan tornou-se território de Israel. Foram suprimidas as cidades-estado filistéias e cananéias, seus reis e nobreza deixaram de existir ou de ter algum poder efetivo sobre a população local. Não há indícios arqueológicos de atitudes de 'limpeza étnica' – massacres, migrações forçadas ou supressão cultural, o que pode significar que o povo cananeu e filisteu<sup>8</sup> continuou vivendo em suas terras e conforme seu modo tradicional, ainda que sujeito politicamente a um novo monarca.

Para Israel, após o rei Davi, é provável que cananeus e filisteus fossem vistos como estrangeiros. Nesta condição, eles poderiam ser tratados como residentes (*ger*) ou forasteiros (*nokri*). Refletindo a condição dos estrangeiros em Israel, Pinzetta, a partir do Deuteronômio, lembra alguns direitos do *ger*:

Se durante um processo houver pressão e ameaça por parte dos poderosos, não deve o juiz ter medo (Dt 1,17). Precisa ouvir atentamente o israelita e o estrangeiro, sem distinção. Grande e pequeno são iguais perante a Lei. É Deus quem dá a sentença... fica expressamente proibido perverter o direito do estrangeiro (Dt 24,14).<sup>9</sup>

Um tratamento mais excludente é dado ao forasteiro (*nokri*), ao estrangeiro que está de passagem por Israel, ele está privado de

<sup>7</sup> GOTTWALD, Norman Karol. *As tribos de lahweh* – uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C., p. 508.

<sup>8</sup> Segundo a arqueologia, as cidades filistéias da Shephelah continuaram existindo até o século VII a.e.c, ainda que dominadas pelos reis da Judéia. Entretanto, a dominação assíria na região a partir de meados do século VIII a.e.c provocou deportações de parte da população e desmantelou a economia local. Maiores informações em: FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*.

<sup>9</sup> PINZETTA, Inácio. "Um projeto de defesa aos estrangeiros: a proposta do Deuteronômio" in *Estudos Bíblicos* n. 27, p. 34.

quaisquer direitos – religiosos e sociais. Pinzetta arrisca uma opinião sobre essa situação:

Se a Lei não lhe dá proteção é talvez porque dela não precise... No campo religioso, sua rejeição se deve ao perigo que pode representar dentro da fé e dos costumes que o israelita vivencia. E, politicamente, está claro, um estrangeiro não tem em seu sangue a memória histórica do povo. Ora isto é sempre um perigo<sup>10</sup>

A leitura de Pinzetta acerca da condição de estrangeiro – em suas duas principais modalidades – em Israel, falha ao não situar o grande problema de aculturação a que os estrangeiros residentes estavam submetidos. A versão dos LXX usualmente traduz *ger* por prosélito, i.e, alguém de origem não judaica que acolheu para si a fé no Eterno.

Efetivamente, resta muito pouco espaço aos cananeus e filisteus para a vivência de suas tradições culturais. Talvez, um dos últimos espaços a desaparecer tenha sido seu culto religioso, ainda que tenham perdurado em Judá (idealmente pensada como todo o Israel) inúmeros lugares altos – santuários populares, dedicados ao Eterno como deus principal, mas ‘povoado’ pelos deuses (as) e outras forças espirituais tradicionais na região.

## II - O casamento e a família israelita

É consenso entre os autores que as famílias no Oriente Antigo, aqui em destaque Israel, os casamentos ocorriam preferencialmente no âmbito da tribo, podendo chegar a restringir-se ao nível do clã.<sup>11</sup> Casar-se dentro da própria etnia é sem dúvida a forma mais usual de constituir-se família (casa). De modo geral, a mulher deixa seus pais e vai viver com a família de seu marido (cf. Gn 24,58-59), mas pode ocorrer que a esposa permaneça junto a sua própria família (cf. Jz 8,31).

Na cultura judaica a esposa é parte das ‘propriedades’ de seu marido, como também o são os filhos/filhas solteiros. Por ocasião do casamento ocorriam inclusive trocas econômicas (o *mohar* – quantidade em dinheiro que o noivo repassava ao pai da noiva). Os arranjos matrimoniais, quase sempre eram realizados a partir dos interesses da família, não se levando em conta a opinião e/ou preferências individuais. Casamentos de conveniência, como os efetuados em famílias de prestígio eram razoavelmente comuns.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>11</sup> Os casamentos entre meio-irmãos, bem como entre primos, ocorrem com certa frequência. Ao menos é isso que parece indicar o casamento de Isaac com Rebeca, Jacó com Lia e Raquel.

Quando uma família decide casar uma de suas filhas e/ou um de seus filhos com alguém estrangeiro (ainda que morador da região), isso é algo pensado em termos sociais, cuja repercussão local é imediatamente sentida.

À mercê dos impérios (Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia...) a região da Palestina experimentou muita instabilidade e mudanças em seu estatuto político, o que pode em algum momento ter favorecido a aproximação entre judaítas e os 'estrangeiros'. De modo que os empobrecidos e dominados tinham em comum um poderoso inimigo. A Bíblia relata diversos matrimônios mistos, os quais necessariamente um dos cônjuges não pertence diretamente ao povo de Israel. Exemplificando:

### **Hebreus/israelitas que se casaram com mulheres estrangeiras**

- “E Esaú tinha 40 anos de idade quando se casou com lehudit bat (filha de) Beri, o Hiteu, e com Basmat bat Elon, o Hiteu;” (Gn 26, 34)
- “E o Faraó denominou José de Tsafnat Panêah (intérprete dos mistérios), e deu-lhe Asnat bat (filha de) Poti Féra, o chefe de On, por mulher. E José saiu pela terra do Egito.” (Gn 41, 45)
- “E Moisés consentiu em morar com o homem e ele deu Tziporá, sua filha, para Moisés” (Ex 2, 21)
- “E Miriam e Aarão falaram contra Moisés por causa da mulher cushita que tomou, porque uma mulher cuschita havia tomado.” (Nm 12, 1)
- “e eles se casaram com moavitas: uma chamada Orpá e a outra Rute, e lá viveram por 10 anos.” (Rt 1, 4)
- “E seu 2º foi Kilav, de Abigail, ex-mulher de Nabal, o carmelita, e o 3º foi Avshalom (Absalão, filho de) bem Maahá, filha de Talmái, o rei de Geshur.” (1Sm 3, 3)
- “E o rei Salomão amou muitas mulheres estrangeiras, juntamente com a filha de Faraó – moavitas, amonitas, edomitas, sidoneus e hiteus” (1Rs 11, 1)
- “E como se fosse pouco andar nos pecados de Iarovam bem Nevat, tomou por mulher Izével (Jezebel) bat (filha de) Etbáal, o rei dos sidoneus, e foi e serviu a Báal, prostando-se diante dele.” (1Rs 16, 31)
- “Os filhos de Menashe: Asriel, que teve da sua mulher; a sua concubina araméia teve a Mahir, o pai de Guilad.” (1Cr 7, 14)

## Mulheres hebréias/israelitas que se casaram com estrangeiros

- “E Davi mandou indagar sobre aquela mulher, e lhe disseram: ‘Porventura aquela não seria Bat-Shéva (Betsabá), filha de Eliam, mulher de Uriá (Urias), o hiteu?’” (2Sm 11, 3)
- “Ele era filho de uma mulher viúva, cujo pai, da tribo de Naftali, morara em Tiro e fora também artífice em cobre...” (1Rs 7, 14)

Destacam-se nas citações bíblicas três aspectos interessantes: a) os reis em Israel, independentemente de sua ortodoxia religiosa, firmaram alianças internacionais (interesses comerciais e militares) por meio de matrimônios com mulheres estrangeiras: Davi e Salomão desposam mulheres estrangeiras – a primeira esposa de Salomão foi uma filha do faraó do Egito; b) associado aos nomes de patriarcas e/ou pessoas importantes, na tradição de Israel, aparecem esposas estrangeiras, tal como ocorre com Abraão, José e Moisés; c) Pessoas comuns, gente do povo como a família de Noemi (cf. Rt), a família de Urias, se casava com estrangeiros.

Sem dúvida, os filhos de uma união mista encontravam-se diante de duas possibilidades identitárias. Quando na casa predominava o modo israelita de ser, é legítimo imaginar que os filhos se sentissem israelitas, verdadeiramente parte do “povo de Deus”, herdeiros das promessas de Aliança e vida plena. Na situação inversa, principalmente nas condições de exílio e/ou diáspora, certamente era grande a pressão para que se assumissem como participantes da cultura dominante. Essa ambigüidade é praticamente ignorada pelos textos bíblicos, bem como pelos estudos mais tradicionais acerca da teologia e história de Israel.

### III – A fronteira entre nós (verdadeiro Israel) e os outros

Um casamento misto significa o abandono do povo que iniciou este processo, um abandono de pertencer à mais forte força moral no mundo e o abandono da aspiração de fazer crescer o espírito. Desenvolver um espírito não é fácil. Isto é o resultado de duras decisões, onde demonstramos nossa aderência à idéia. Se minha escolha de casamento se afirma no compromisso de procurar e no significado do caminho judaico, eu me torno parte do destino judaico e do espírito judeu. De outro lado, se eu preferir o amor de uma mulher específica ao meu destino como judeu, eu perco parte dos meus valores espirituais.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> BRAVERMAN, Nahum. “Casamentos Mistos – na verdade, por que não?” Disponível em: <http://www.jewishagency.org/JewishAgency/Spanish/Education/Shlichim/Zo+Shlichut/7/Devar+Tora+Portuguese.htm>. Acesso em: 12/07/2007.

Contudo, em momentos cruciais da história de Israel, tais como o cativeiro da Babilônia e a reconstrução de Judá, o casamento com mulheres estrangeiras e os filhos nascidos a partir desses matrimônios, serão vistos como um imenso problema teológico e identitário a ser debelado pela ortodoxia. Na definição da ortodoxia foram fundamentais: a reconstrução do templo, a implementação de um determinado modo de compreensão acerca dos ensinamentos de Moisés (a Lei), a rígida separação entre os que pertenciam ao povo de Israel e os demais 'povos'.

Independentemente do quantitativo de casamentos mistos, pode-se afirmar a partir dos textos bíblicos que em Israel essa prática matrimonial ocorreu ao longo de toda a sua história. Desde a memória dos tempos patriarcais/matriarcais até a instalação da sub-província persa da Judéia, ocorrem casamentos interétnicos, envolvendo os judaitas, os remanescentes dos filisteus e cananeus, bem como edomitas, amonitas e moabitas. Este fato é inegável.

O que é objeto de disputa teológica é, sem dúvida, a valoração positiva ou negativa dessas uniões mistas, tendo como pano de fundo a continuidade e/ou a ameaça real ou potencial à identidade israelita. Brenner oferece uma explicação interessante para esse paradoxo:

As mulheres estrangeiras eram aceitas na comunidade judaica/israelita se e quando estivessem preparadas para abandonar seus laços étnicos, culturais e religiosos anteriores e adotar os sistemas de valores e crenças prevalentes em seu novo meio. Quando essa condição básica era satisfeita, o casamento exogâmico era permitido ou tolerado.<sup>13</sup>

O rigor com que Esdras e Neemias tratam as uniões mistas, levando-se em conta o que está registrado nos livros bíblicos a eles atribuídos, aponta para um problema de grandes proporções e de difícil solução. Essas uniões eram um obstáculo ao pleno estabelecimento de uma fronteira entre os judeus e os demais povos. Para os judeus, que haviam passado pelo cativeiro da Babilônia e que regressaram à Judéia, era imperioso assegurar sua identidade étnica, e para tanto implantaram uma nova ortodoxia religiosa, centrada no conceito do puro e do impuro (sendo impuros os casamentos interétnicos) e na reestruturação do culto ao Eterno com supressão dos traços sincréticos advindos das outras religiosidades existentes na Palestina, e/ou que tradicionalmente faziam parte da vida religiosa das tribos. A fidelidade ao Eterno passa a ser vista como observância estrita de seus mandamentos e ruptura com as uniões mistas:

<sup>13</sup> BRENNER, Athalya. *A mulher israelita*. Papel social e modelo literário na narrativa bíblica, p. 179.

Eles se uniram estreitamente com seus irmãos e seus dignitários, e assumiram solenemente o compromisso de seguir a Torá de Deus, entregue através de Moisés, seu servo, e observar e cumprir todos os mandamentos do Eterno, nosso Senhor, Seus preceitos e Seus estatutos, e de não dar nossas filhas aos povos da terra nem tomaríamos suas filhas para nossos filhos. (Nee 10,30-31)

A ruptura nas relações com os ‘povos da terra’ é também econômica, pois ficava terminantemente proibido o comércio com esses povos (Nee 10,32). Economicamente, também tem reflexos diretos entre os judeus – seja aqueles que permaneceram na Palestina, seja entre os que voltaram do cativeiro, pois segundo Esd (10,8) era passível de perda da propriedade e isolamento (excomunhão?) da congregação a pessoa que não comparecesse diante da assembléia em Jerusalém, para abrir mão de seu matrimônio com mulheres estrangeiras.

No livro de Esdras (cap. 9-10) é amplamente desenvolvido o tema da proibição de relacionamentos com os ‘povos da terra’, sendo claramente mencionados como inimigos da Aliança os cananeus, hititas, perizeus, jebuseus, amonitas, moavitas, egípcios e emoreus (Esd 9,1) . Por vários meses Esdras e um grupo de anciãos favoráveis a estas medidas efetuaram o levantamento das uniões mistas (Esd 10,36-37). Esdras apresenta as uniões mistas como um ato de traição ao Eterno, como um pecado, cuja superação requeria confissão pública:

Levantou-se Ezra, o sacerdote, e lhes disse: ‘fostes infiéis e traístes a nosso povo ao vos unirdes às mulheres da terra, aumentando o pecado de Israel. Agora, pois, apresentai vossa confissão ao Eterno, o Deus de vossos pais, e cumpri Sua vontade, separando-vos dos povos da terra (vizinhos) e das mulheres estrangeiras (Esd 10,30-31).

A ortodoxia religiosa propagada pelos idealizadores do 2º templo atuava em três grandes frentes:

- a) Afirmação da identidade étnica judaica a partir dos ‘heróis’ que, na *golah* (cativeiro/diáspora), perseveraram em seus usos e costumes, conservaram a fé no Eterno e atribuíram à sua ação o retorno seguro à terra da promessa. Os verdadeiros judeus, portanto, não eram aqueles que permaneceram na Palestina, mas aqueles que foram provados na sua fé.<sup>14</sup> Essa atitude explicará a desconfiança para com os judeus que haviam se estabelecido em Elefantina (no

<sup>14</sup> Os que retornaram “(...) se consideravam privilegiados. Acreditavam ser o verdadeiro Israel. Olhavam com certo desprezo os que haviam permanecido na terra”, p. 68. BAPTISTA, Roberto Natal. “A miséria dos camponeses judaítas na época de Neemias”, p. 64-71.

- Egito) e os remanescentes israelitas na região de Samaria;
- b) Restabelecimento das hierarquias sociais anteriores ao cativo da Babilônia, de modo que terras e outros privilégios fossem devolvidos a seus ‘legítimos’ donos. Isto só poderia ser efetivado a partir de um radical processo de desapropriação de terras e ruptura com as alianças firmadas pelos judeus que permaneceram na Palestina. Romper os casamentos que ocorreram entre judeus e os demais moradores da região, além das outras formas de relacionamento cultural foi o caminho adotado por esta ‘velha’ elite;
- c) Releitura das tradições culticas e da memória religiosa judaica. Era fundamental para o novo grupo dirigente – formado por parte dos egressos do cativo da Babilônia, interpretar teologicamente os acontecimentos recentes à luz da tradição. Não é por acaso que se re-edifica o templo e se começa um amplo processo de recopilação das memórias religiosas, cujo resultado será o estabelecimento da Torá e do marco historiográfico dos caminhos percorridos pelo ‘povo de Deus’ (síntese entre o Deuteronomista e o Cronista).

### Israel e os povos da terra

É longo o debate entre os estudiosos sobre a expressão ‘povo da terra’ (*am há’arez*), e abordá-lo aqui ultrapassaria as dimensões desse artigo.<sup>15</sup> Quando Esdras menciona aos ‘povos da terra’, ele se refere aos não judeus que se instalaram no antigo território de Judá. Baptista informa que:

Os edomitas estabeleceram-se no sul, próximo a Judá, em parte em territórios tradicionalmente judaítas. Provavelmente, os amonitas e os moabitas tenham recuperado territórios na Transjordânia e a oeste do Jordão. Os samaritanos fizeram pressões. No entanto, no coração de Judá, a terra permanecera intocável aos estrangeiros.<sup>16</sup>

Baptista acerta ao indicar que diversos povos vizinhos a Judá recuperaram o controle de alguns territórios (ainda que sujeitos à tributação ao império babilônico) e misturaram-se à população judaica remanescente.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Para aprofundar esse tema: SIQUEIRA, Tércio. Machado. “Um pouco da história da pesquisa sobre o ‘Povo da Terra’”, p. 9-16.

<sup>16</sup> BAPTISTA, Roberto Natal. “A miséria dos camponeses judaítas na época de Neemias”, p. 68.

<sup>17</sup> SCHWANTES, Milton. *Sofrimento e esperança no exílio* – história e teologia do povo de Deus no século VI a.C. No que se refere à população judaica que permaneceu no território de Judá, esse autor

Entretanto, é improvável que no coração de Judá tenha permanecido algum território 'intocável aos estrangeiros'. Nesta direção, Gunneweg parece ser mais exato ao refletir sobre a composição social do povo humilde que estava no território do antigo Judá, ainda que demonstre maior preocupação com as diferenças entre os judaítas e as populações que foram assentadas pelos assírios na região da Samaria: "...esse 'povo humilde' possivelmente era composto, ao menos em parte, não de Israelitas genuínos, mas de descendentes de cananeus ou de outras parcelas populacionais não israelitas".<sup>18</sup>

É inegável que o território de Judá – durante a dominação persa, parte da satrapia Transeufratenia, não tinha fronteiras reconhecidas ou barreiras étnicas consolidadas, de modo que viviam na região, além dos judeus, amonitas, edomitas, moabitas, descendentes dos cananeus e filisteus e os samaritanos.<sup>19</sup> Somente a partir da atuação de Esdras é que a etnia judaica passará novamente a ter algum controle sobre o território e o povo que nele vivia. Gunneweg detalha a ação de Esdras da seguinte maneira:

Quem almejasse em tempos futuros ser reconhecido como adorador de Yahweh e como judeu, com todas as conseqüências jurídicas, precisava jurar obediência a essa lei. Investigar e determinar para que pessoa essa lei devia valer e quem estaria sob a jurisdição judaica foi a tarefa organizacional de Esdras. A religião de Israel tornou-se agora religio licita.<sup>20</sup>

A própria dominação persa a seu modo interfere na legitimação do monoculturalismo na Judéia, ao reconhecer como etnia local somente aos judeus. Na prática, isso inviabilizou que populações não judias preservassem seus usos e costumes, bem como tornou muito mais difíceis (ou aceitáveis) os casamentos mistos. A partir dessa base, a intolerância e o preconceito culturais com os 'outros' que viviam na região, puderam tornar-se parte da ortodoxia religiosa e do controle social de toda a população que vivia na Judéia.

Difícilmente a realidade religiosa reproduz o que é proposto como ortodoxia da fé. Em outras palavras, devia ser muito complicado convencer e/ou impor a inúmeros judeus que constituíram suas famílias com mulheres estrangeiras o abandono desses laços sociais. Descendentes de sacerdotes, comerciantes, agricultores, artesãos, enfim, parcela significativa da

---

estima que: "Em termos numéricos isso terá significado umas 100 mil pessoas. Calcula-se que em tempos pré-exílicos Judá comportava umas 200 mil pessoas. As guerras de resistência à opressão babilônica e egípcia custaram muitas vidas, em especial em 587.", p. 30.

<sup>18</sup> GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*, p. 207.

<sup>19</sup> DONER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Da época da divisão do reino até Alexandre Magno, p. 440. Este autor menciona a presença de nômades no território de Judá.

<sup>20</sup> GUNNEWEG, Antonius H. J., *op. cit.*, p. 234.

sociedade judaica vivia de forma multicultural e não percebia nisso um impedimento ou obstáculo à sua fidelidade ao Eterno. É neste contexto que narrativas como Rute e Ester adquirem maior densidade teológica, bem como a memória acerca de figuras proeminentes da tradição, tais como Abraão, José e Moisés, que tiveram esposas estrangeiras.

É impressionante como os livros de história de Israel (mencionados na bibliografia) silenciam sobre a diversidade étnica em Judá, e na Palestina como um todo. Em geral, essa omissão pode ser explicada a partir de três fundamentos:

- a) Persistem nos estudos acerca da história de Israel, atitudes de utilização do texto bíblico como a principal 'fonte' de informação histórica para a região da Palestina. Essa atitude levada ao extremo, inviabiliza qualquer sensibilidade para com as minorias étnicas que sempre viveram na região. Ainda que surjam títulos sugestivos – história de Israel e dos povos vizinhos, não se altera a percepção de que após as campanhas militares do rei Davi, filisteus e cananeus deixaram de existir. A arqueologia na região poderia contribuir enormemente para o resgate dessas minorias étnicas;<sup>21</sup>
- b) Faltam estudos mais amplos sobre os fluxos migratórios que ocorreram no Oriente Antigo. É fato conhecido a migração dos hicsos, dos povos do mar (filisteus) e de outros povos, entretanto, pouco se sabe sobre os deportados, as populações transplantadas para outros territórios, os refugiados. Enfim, falta efetivamente um estudo que leve a sério a migração e suas profundas conseqüências em todos os âmbitos da vida;
- c) Havia no Oriente Antigo muitas possibilidades de relações multiculturais, seja nas 'grandes' cidades que estavam interligadas por rotas comerciais, seja por causa da constante movimentação de tropas militares e/ou da política internacional com suas alianças – muitas delas firmadas por intermédio de matrimônios mistos, e o próprio dia-a-dia das populações empobrecidas. Durante muito tempo, no que tange aos estudos sobre a história de Israel, os historiadores se preocuparam em estabelecer uma perspectiva única que torna o 'povo de Deus' historicamente diferente de todas as outras sociedades. É preciso evitar que esse erro continue tendo espaço como verdade histórica.

<sup>21</sup> Ver FINKELSTEIN, Israel; SIBERMAN, Neil Asher. *E a Bíblia não tinha razão*.

#### IV - Pontes sociais numa sociedade plural e com diversidade cultural

Israel e Palestina não é uma questão sobre bons e maus, é sobre uma terrível tragédia no sentido tradicional de tragédia, o conflito entre direito e direito. Os judeus estão em Israel porque não têm outro lugar como nação, os palestinos estão ali pela mesma razão. Eles não têm para onde ir, e nós não temos para onde ir. Amós Oz

Olhando as narrativas que tratam do começo do ‘povo-de-Deus’, vemos patriarcas/matriarcas que partilhavam com os demais empobrecidos de Canaan e do Egito, a realidade de exclusão e exploração. Poucos problemas surgiram no tocante aos casamentos mistos, ainda que algumas visões idealizadas acerca dos patriarcas os situem como pessoas de posse, é sempre conveniente lembrar que a fome (Gn 12, 10; Gn 26, 1; Gn 42, 2) e a fragilidade militar, econômica e política estiveram constantemente presentes em suas vidas.

A busca de pureza étnica colocada nas narrativas acerca de Isaac e Jacob reflete contextos posteriores ao que de fato foi historicamente vivenciado. Reproduzem teologias e interesses diversos da época em que somente Judá se reconhece como o povo da Aliança. É nesta perspectiva revisionista do passado de Israel, que afirmam Finkelstein e Silberman ao constatarem que:

...a história de Abraão migrando da Mesopotâmia para a Terra Prometida em Canaã, para se tornar um grande homem e estabelecer próspera nação, sem dúvida atraiu o povo nos tempos do exílio e do pós-exílio. A forte mensagem sobre a separação entre os israelitas e cananeus nas narrativas dos patriarcas também se ajusta às atitudes do povo no período pós-exílio em Yehud.<sup>22</sup>

Posteriormente, aos patriarcas/matriarcas persistiu em Israel a possibilidade de se realizarem casamentos mistos. Isso ficou evidenciado nos matrimônios com mulheres estrangeiras celebrados pelos reis, mas transparece também nas ‘histórias de vida’ de Rute, de Bat-Shéva e nas listas acusatórias elaboradas por Esdras (Esd 10, 18-44), que incluíam de sacerdotes a gente do povo.

Sabe-se que na Antigüidade oriental, o afeto não desempenhava papel relevante para o estabelecimento das uniões matrimoniais, é a continuidade da casa (clã ou tribo) que está no centro das atenções da família, ao favorecer a vinculação exogâmica ultrapassando os limites da própria etnia. Neste sentido, os casamentos com estrangeiros devem ser

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 417.

vistos como parte de uma estratégia de sobrevivência dos empobrecidos – no caso uniões mistas que ocorriam no meio do ‘povão’, visando superar a precariedade e as difíceis condições de vida. A ortodoxia religiosa sempre esteve crítica a essas uniões, temendo o sincretismo religioso e a perda de referências do ‘verdadeiro’ culto ao Eterno.

A crítica religiosa às uniões mistas, no que tange aos reis, é certamente posterior aos mesmos. Pois, era muito complicado para os sacerdotes no templo de Jerusalém criticarem o rei, tendo em vista que eles eram representantes legítimos do próprio Eterno (2Sm 7,12ss; Sl 2). O deus da nação, de certo modo era colocado a serviço dos interesses do próprio Estado. O templo funcionava de modo dependente dos reis e de sua política, sendo o cargo de sumo-sacerdote uma concessão real disputada entre as diversas castas sacerdotais.

Persistem em Israel – considerando-se aqui os limites alcançados pelo Estado em seus melhores dias, remanescentes dos povos que habitavam em Canaan, mesmo que estes já não controlem as instituições políticas e religiosas. No âmbito local (aldeias) não existiam impedimentos aos casamentos mistos, pois estes ocorriam a partir de uma compreensão pragmática das condições de vida da própria família (casa). É a partir do centro de controle religioso (o templo de Jerusalém) que emanam orientações e imposições contrárias aos casamentos ‘interétnicos’.

No primeiro e no segundo templo de Jerusalém prevaleceu, com relação aos casamentos mistos, a postura crítica e sectária de recusa à legitimidade destas uniões. O sincretismo religioso e a perda da identidade israelita eram apresentados como os principais problemas resultantes dessas uniões. Isto fica evidente no modo como se elogia os feitos de Josias (cf. 2Rs 22-23) e no modo como Esdras e Neemias procuram restabelecer os fundamentos da identidade israelita (efetivamente identificada com Judá).

Distantes das políticas de Estado, fossem elas de fundo religioso ou não, os pobres em toda a Palestina no tempo de Esdras e Neemias continuaram a casar-se em conformidade com sua realidade. Mais tarde durante a dominação grega (333-164 a.e.c), isso parece ter se intensificado, pois os Macabeus em suas lutas, quando da ‘reconquista’ de territórios que tinham sido parte de Israel, forçavam a população local a judaizar-se.<sup>23</sup>

O povo-de-Deus que se organiza enquanto comunidade em busca da libertação do cativeiro do Egito, não era uma etnia ou uma nacionalidade específica. Não há dúvidas de que o termo hebreu era usado correntemente para designar aos estrangeiros no Egito. O movimento

<sup>23</sup> Conforme informações de Josefo (citado por DONNER, Herbert, *op. cit.*) João Ircano, em 129 a.e.c., “mandou circuncidar a força os idumeus e fez deles membros da comunidade cultiva de Jerusalém”.

de libertação encabeçado por Moisés, Miriam e Aarão aglutinou entre a diversidade étnica dos escravos, os revoltosos que se colocaram no caminho do deserto, e que mais tarde dinamizaram as tribos com uma fé radical na libertação trazida pelo Eterno.

A união tribal de Israel, não foi construída encima de um purismo étnico, pois o próprio processo de consolidação das tribos passou pela introdução no povo de Israel de grupos cananeus – tal como ocorre com Raahav (Js 7,25) e com os habitantes de Guivon (Js 9). O período tribal, sem dúvida, foi marcado por uniões mistas entre os povos que apoiaram e/ou vieram a participar de Israel.

É no período monárquico que de fato começam a ocorrer resistências aos matrimônios mistos, tendo em vista o interesse do Estado na implantação de uma identidade monolítica: um só povo, um só rei, um só templo, e a unicidade de Deus. Este processo culmina na figura do rei Josias, mas sua morte ‘prematura’ impede sua plena aplicação. Esdras e Neemias retomam esse projeto, deixando de lado apenas a figura do rei – tendo em vista a impossibilidade de confrontar-se com o império persa. Entretanto, suas ações estão carregadas de esperanças messiânicas, centradas na figura de um herdeiro espiritual do rei Davi.

A intolerância étnica e religiosa, necessariamente, faz parte do projeto de Esdras e Neemias. Seu sectarismo, contudo, não significou o fim das uniões mistas, pois, paralelo à construção definitiva da Torá, desenvolve-se uma série de escritos abertos a outras leituras da tradição religiosa de Israel. Assim, explode em criatividade a literatura apocalíptica (minimamente preservada na Bíblia com o livro de Daniel) e textos que invertem o papel que o 2º templo atribuía às mulheres, basta ver as heroínas nos livros de Rute, Judite e Ester. Há uma profunda crítica no livro de Job à doutrina do puro e do impuro e de toda a teologia da retribuição. A vida dos pobres seguia seu próprio curso, independentemente das razões teológicas e políticas dos sacerdotes do 2º templo.

Para além dos interesses de Estado, seja no ontem bíblicamente registrado, seja nos dias de hoje (entre o estado de Israel e a Autoridade Palestina), o povo segue caminhos heterodoxos no que tange à sua sobrevivência e a busca por melhores condições de vida.

Retomando o começo deste artigo, é com alegria que nos juntamos às iniciativas que homens e mulheres, palestinos e israelenses, partilham ao conviverem pacificamente a partir de suas diferenças. Talvez essas pessoas não tenham uma compreensão exata das conseqüências de suas atitudes a longo prazo, mas certamente sabem e vivenciam o desejo de paz e fraternidade entre os povos, mesmo que isso se oponha às questões de Estado e alguns interesses

políticos. Contudo, ao se disporem ao diálogo cultural e aprendizado mútuo de suas tradições, essas pessoas sinalizam para a utopia que originou o Povo-de-Deus. Verdadeiramente se está re-criando Israel.

### **Seguindo em frente**

O estado de Israel está plantado num território de povoamento muito antigo, cujas raízes remontam ao terceiro milênio antes da era comum (a.e.c). Cananeus, o Israel bíblico, filisteus e outros povos compartilharam momentos históricos em comum, bem como interagiram culturalmente de inúmeras formas ao longo do tempo. Neste território de muitos nomes: Canaan, Israel, Palestina, Judeia, os impérios modificaram o cenário humano transmigando populações inteiras, destruindo aldeias e escravizando parte do povo, redefinindo estatutos e jurisdições políticas, introduzindo e impondo culturas. Enfim, tanto no passado como hoje, persistem nessa terra de muitos nomes uma grande diversidade étnico-cultural, ainda que a autonomia política seja disputada apenas por judeus e palestinos.

É fundamental na convivência interétnica que sejam superados interesses particulares, pseudo-seguranças identitárias ou mesmo fanatismos religiosos. Nesta direção, nós, cristãos, temos muito a contribuir na construção de uma cultura de paz. O conceito/idéia/vivência do ágape pode ser um bom começo. Segundo Cornwell, o ágape:

Baseia-se na idéia de que somos todos, sem exceção, filhos de Deus, que fomos todos sem exceção, criados para a salvação – em outras palavras, destinados a Deus. Isso exalta todos os seres humanos, independentemente de diferenças e deficiências. Torna todo ser humano digno de nossa consideração e reverência, incluindo seus valores e princípios livremente escolhidos.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> CORNWELL, John. *Quebra da fé*. O Papa, o povo e o destino do catolicismo, p. 279.

## Bibliografia

- BAPTISTA, Roberto Natal. "A miséria dos camponeses judaítas na época de Neemias" in *Estudos Bíblicos*, n. 44, 1994, p. 64-71.
- BRAVERMAN, Nahum. "Casamentos Mistos – na verdade, por que não?" Disponível em: <http://www.jewishagency.org/JewishAgency/Spanish/Education/Shlichim/Zo+Shlichut/7/Devar+Tora+Portuguese.htm>. Acesso em: 12/07/2007.
- BRENNER, Athalya. *A mulher israelita*. Papel social e modelo literário na narrativa bíblica. São Paulo: Paulinas, 2001.
- CORNWELL, John. *Quebra da fé*. O Papa, o povo e o destino do catolicismo. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- DE VAUX, Roland. *Instituciones Del Antiguo Testamento*. Barcelona: Herder, v. 1, 1976.
- DONER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Da época da divisão do reino até Alexandre Magno. Petrópolis: Vozes/Sinodal, v. 2, 1997.
- FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. 3ª ed. São Paulo: A Girafa, 2003.
- GOTTWALD, Norman Karol. *As tribos de Iahweh*. Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C. São Paulo: Paulinas, 1986.
- GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel*. Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias. São Paulo: Loyola/Teológica, 2005.
- PINZETTA, Inácio. "Um projeto de defesa aos estrangeiros: a proposta do Deuteronomio" in *Estudos Bíblicos* n. 27, 1990, p. 29-37.
- SCHWANTES, Milton. *Sufrimento e esperança no exílio*. História e teologia do povo de Deus no século VI a.C. São Paulo: Paulinas/Sinodal, 1987.
- SIQUEIRA, Tércio. Machado. "Um pouco da história da pesquisa sobre o 'Povo da Terra'", in *Estudos Bíblicos* n. 44, 1994, p. 9-16.
- SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*. História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel. São Paulo: Paulus, 2006.
- TOLAN, Sandy. *Uma esperança de paz*. Um árabe, uma judia e o coração do Oriente Médio. São Paulo: Landscape, 2007.

